

Texto I

Em 38 anos, a urbanização em áreas de risco de desastres climáticos triplicou no país, aponta um levantamento do MapBiomas. Os pesquisadores descobriram que a urbanização em áreas de risco aumentou 2,8 vezes. Especificamente nas favelas, o crescimento foi de 3,4 vezes. Atualmente, 3% da área urbana total do país – 123 mil hectares – estão em regiões de risco. Nas favelas, o percentual é muito maior: 18%.

“Essas áreas precárias, as favelas, em geral, têm uma correlação: elas ocupam mais as áreas de risco e a gente tem que refletir sobre quais são os motivos que levam as pessoas que moram nessas áreas a ocuparem áreas de risco”, disse Julio Pedrassoli, professor da Universidade Federal da Bahia e coordenador do MapBiomas. “Em geral, não é por opção, mas por falta de opção. São os terrenos que eles têm, terrenos de menor valor. Então, se tem um terreno que, você sabe, pode inundar, e um terreno que você sabe que pode desabar, ele não tem valor pro mercado imobiliário, é o que sobra para ocupação de uma boa parcela da população brasileira”, acrescentou.

A ocupação perto dos leitos dos rios, que podem transbordar com chuvas fortes, triplicou neste período – 425 mil hectares. As ocupações que ficam em morros com possibilidade de deslizamentos, quintuplicaram – 8,6 mil hectares para 45 mil. O levantamento também contabilizou a quantidade de desastres ambientais. Só nas últimas três décadas, eles aumentaram mais de cinco vezes. “Então é importante olhar para esses dados na perspectiva que nós estamos vendo, de aumento na intensidade desses eventos, e são áreas que a gente tem que monitorar, tem que tomar cuidado com o que já existe lá, mas também olhar para elas e impedir que novas ocupações, que vão representar perigo para as pessoas”, acrescentou Julio. Ainda conforme o pesquisador, o estudo pode ser usado para criação de políticas nacionais, mas também por municípios para orientar a elaboração de planos de redução de riscos.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/10/31/urbanizacao-em-areas-de-risco-para-desastres-climaticos-triplica-no-brasil-em-quase-40-anos-aponta-mapbiomas.shtml>. ADAPTADO. Acesso em 26.out.2023.

Texto II**Moradias em áreas de risco**

No Brasil, há grandes desafios para viabilizar moradia adequada para os grupos vulneráveis que vivem em áreas de risco. Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, revelam que 9,5 milhões de habitantes moram de maneira precária, em áreas de risco sujeitas a deslizamentos de terra, enchentes e a outros desastres provocados pelo clima, o que representa mais de 2,5 milhões de moradias erguidas em áreas de risco. Esses locais necessitam de melhorias para mitigar o risco ou realocação da população em novos espaços.

Moradia e Defesa Civil

A moradia é a infraestrutura mais atingida em contextos de desastres provocados pelo excesso de chuvas. Dados do Observatório dos Desastres Naturais da CNM – relacionados às calamidades decorrentes de chuvas intensas, tempestades e ciclones – apontam que, entre 2013 e 2022, o setor habitacional foi severamente afetado: 2,1 milhões de casas foram danificadas e destruídas, o que causou mais de R\$ 25,4 bilhões de prejuízos em todo Brasil.

Déficit Habitacional

Atualmente, o déficit habitacional, ou seja, a necessidade das famílias por moradias, é de 5,8 milhões de novas unidades. Desse modo, fica claro que as gestões locais dependem de robustas políticas interfederativas de habitação. De acordo com levantamento da CNM, a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) apresentou corte de R\$267,7 milhões para ações de desenvolvimento territorial e urbano relacionadas ao programa 2217 (Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano). Os cortes afetam diretamente investimentos em reabilitação e acessibilidade dos espaços urbanos e equipamentos comunitários (por exemplo: calçadas, praças, parques, feiras públicas, áreas de lazer, calçadões, ciclovias integradas aos passeios, rotas acessíveis, estruturas para a prática de atividades físicas, cemitérios e demais lugares de convívio social); afetam, de igual modo, o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, as obras para melhorar a logística e a modernização da gestão pública.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/10/31/urbanizacao-em-areas-de-risco-para-desastres-climaticos-triplica-no-brasil-em-quase-40-anos-aponta-mapbiomas.shtml>. Adaptado. Acesso em 6.dez.2023.

Texto III

Charge do DUM. Disponível em: https://1.bp.blogspot.com/_K0UgzFkKzQs/TTREaTpA_I/AAAAAAAAA6M/S2W5bC7TMtc/s1600/CHARGE_ENCHE_NTES_2010.jpg. Acesso em 6.dez.2023.

PROPOSTA DE REDAÇÃO: A partir do material de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema: “A questão das políticas públicas para evitar os riscos da urbanização em áreas vulneráveis.” Apresente proposta de intervenção social que respeite os Direitos Humanos. Selecione, organize e relacione, de maneira coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.